

Homenagem a Edmundo Campos Coelho (1939-2001)

Cláudio C. Beato Filho

O professor Edmundo Campos Coelho ocupou posição bastante singular nas ciências sociais brasileiras. Acadêmico discreto por natureza, sua importância para determinadas áreas de estudo foi decisiva, fundamental e original, ainda que exercida quase silenciosamente. Avesso aos conclave e salameques acadêmicos era, contudo, um cientista bastante profícuo e ativo, cuja herança acadêmica deixará marca indelével na vida intelectual brasileira.

Tratava-se de sociólogo completo, o que o tornava liderança marcante entre seus pares. Era um estudioso que detinha formação completa e inserida no *mainstream* da disciplina. Aliava sólidos conhecimentos em estatística à teoria literária e às técnicas de narrativa e análise de texto. Extremamente preocupado com problemas nacionais, trabalhava, entretanto, a partir de uma perspectiva universal e sem provincianismos. Era talvez um dos mais ecléticos teóricos brasileiros, mas que cultivava uma genuína preocupação com os aspectos aplicados do conhecimento e com a possibilidade de se derivar políticas públicas de seus estudos.

A serviço dos múltiplos instrumentos que dominava, o autor possuía um texto maravilhoso e de estilo requintado, e produziu algumas das narrativas mais saborosas nas ciências sociais brasileiras. Livros como *As Profissões Imperiais*, *a Sinecura Acadêmica* ou *A Oficina do Diabo* são estudos com a grande qualidade de, à par da precisão e da obje-

tividade, constituírem-se em literatura de primeira grandeza.¹

A contribuição de Edmundo guardou as marcas de seu pioneirismo: tratou de organizações profissionais quando o padrão era o estudo das classes sociais; estudou militares nos anos de chumbo quando mais que compreendê-los, a idéia era temê-los e combater sua nefasta influência na vida política; começou a estudar e buscar dados sobre crimes quando se acreditava tratar-se de problema simples com diagnóstico óbvio, de fácil solução política.

“Lugares comuns”, respostas fáceis ou politicamente corretas não compunham seu poderoso arsenal de análise, permanentemente preocupado com a formulação de problemas sob novos ângulos. Em relação a estudos criminológicos, acabou sendo um dos inventores da área quando isto não era ainda um problema público muito claro. Neste sentido, o ácido diagnóstico feito da criminologia do final dos anos de 1970 e início dos de 1980 ainda é preciso e atual: “Bem feitas as contas, o que se destaca de todo o debate público sobre a crescente taxa de criminalidade nas grandes metrópoles brasileiras é a medíocre contribuição dos cientistas sociais. Das diferentes metáforas explanatórias ou da proliferação de “teorias diabólicas” sobre a gênese do crime resta, em verdade, uma mal disfarçada confissão de ignorância” (Campos, 1980). Não obstante os enormes avanços teóricos, tecnológicos e

metodológicos a que a criminologia assistiu durante as últimas décadas, o estado de indigência no Brasil seja da organização dos dados, do conhecimento acumulado, seja das proposições de políticas públicas, ainda é notável. Um grande colaborador seu, o prof. Antonio Luiz Paixão, da UFMG, dizia que esta não era bem uma área de estudos, mas uma espécie de terreno baldio, em que todo mundo, em algum momento, iria dar algum “pitaco” mais ou menos bem intencionado. Daí, talvez, uma das razões para o desolador e provinciano panorama ainda vigente em relação à compreensão e à intervenção pública nos problemas relativos à violência.

A despeito da paralisia da área que de resto é comum a outros domínios da ciência social brasileira, algo mudou para melhor em virtude de sua influência. Era característica admirável de sua produção o permanente espírito de inovação presente em muitos de seus estudos sobre violência. Sempre preocupado em resgatar a importância de uma perspectiva empírica nos estudos da área, pode-se dizer que ele inaugurou esta perspectiva no Brasil, introduzindo uma novidade que ainda é muito rara no Brasil, seja em estudos criminológicos, seja em estudos sociológicos de uma forma geral. Reflexões sobre violência produzem freqüentemente muita denúncia, indignação ou firmes tomadas de posição político partidária, mas poucos estudos úteis ou de qualidade. A escassa referência empírica compromete irremediavelmente a compreensão do fenômeno e, talvez mais importante para nós, a adoção de políticas racionais e conseqüentes. Seu estudo sobre a criminalidade urbana violenta (1988a) representou uma espécie de passagem do Rubicão nesse aspecto: do outro lado da margem haveria cada vez menos espaço para frases de efeito ou posições politicamente corretas, mas frágeis, como sustentação. Os dados utilizados apontavam para posições que, se hoje são consensuais entre muitos estudiosos, na época eram bastante polêmicas.

Basta lembrarmos os apaixonados debates contra a questão da impunidade, assumindo a posição de que, previamente uma reforma social, uma reforma no sistema de justiça seria inevitável para se fazer frente ao crescimento das taxas de criminalidade urbana. A sustentar o argumento encontramos análises de tendências, uso de bases agregadas de dados, referência a experiências internacionais e uma inteligente análise da realidade brasileira.

A amparar as considerações de ordem empírica encontram-se sofisticadas discussões teóricas importantes tais como teoria da dissuasão, abordagens ecológicas clássicas, teoria dos rótulos e análise das organizações. Nos anos de 1970 já eram antecipadas muitas questões que hoje são bastante desenvolvidas na economia, na abordagem espacial do fenômeno da criminalidade e da violência, na análise das organizações policiais e no plano das políticas públicas.

Razões de ordem acadêmica institucional contribuem para a ausência de uma perspectiva mais analítica em relação às políticas públicas no Brasil. Não por acaso o rico ambiente intelectual do IUPERJ dos anos de 1980 foi o local onde foram forjadas importantes orientações acerca das ciências sociais aplicadas. Esta é uma perspectiva onipresente em seus estudos sobre o sistema penitenciário, a evolução da criminalidade violenta, ou das reflexões a respeito do aparato policial. Reflexões sobre a violência suscitam densas reflexões teóricas e conceituais, mas escassas considerações de ordem prática. O diagnóstico da impunidade, tão em voga em nossos dias, surgiu como medida viável em contexto adverso ao pragmatismo das ações do Estado. Até hoje prefere-se discutir o conceito de justiça, em vez de sugerir duas ou três formas factíveis de como ela pode ser aplicada ou estendida a populações classicamente excluídas do sistema de justiça. Em vez da discussão do significado da “violência”, propostas de como reverter seu crescimento nos grandes centros

urbanos. No lugar da denúncia pura e simples das polícias, medidas concretas para reformá-la. Direitos humanos eram dimensões que deveriam se corporificar no cotidiano da população e na prática das organizações do sistema de justiça.

Qualidade adicional e admirável era sua coragem, expressa em vários momentos de sua vida acadêmica. Avesso ao jogo para a platéia, era genuinamente interessado no debate universal de idéias, o que o levava, às vezes, a entrar em conflito com o mundo dos interesses políticos das mais diversas colorações. Ao tentar dissociar estudos da violência de ideologias políticas acabou entrando em terreno minado, onde estudos criminológicos e política partidária muitas vezes se confundem. Do argumento de que todo ato é político, muitos cientistas sociais derivam a duvidosa posição de que qualquer base racional de avaliação é ideológica ou partidariamente comprometida. Isto os exime de discutir a substância de argumentos apresentados a partir de dados e as conseqüentes conclusões acerca da ineficácia de administrações estaduais (federais e municipais também) na área da justiça. Posições já estão firmadas e os dados, ora os dados... cada um que tenha algum

que lhe convenha mais. Infelizmente isto terminou por afastá-lo dos estudos da violência, ao vetar-lhe o acesso às informações que tanto necessitava e ao sonegar-lhe interlocutores qualificados para o debate.

Curiosamente, sempre tive a impressão de que todas estas qualidades o tornavam uma espécie de *outsider* no contexto da sociologia brasileira. Como não era dado a frases de efeitos e ao populismo acadêmico, isto freqüentemente lhe valia injustos e apressados qualificativos ideológicos. O “brilhareco” fugaz, tão ao gosto de alguns notáveis intelectuais, não encontrava ressonância na austera orientação de quem buscava dialogar com o que havia de mais canônico no conhecimento acadêmico.

Não hesitaria em afirmar que este legado de pioneirismo, inovação e coragem manifestou-se nas outras inúmeras áreas em que Edmundo contribuiu largamente, tais como a sociologia da ciência e das profissões, o estudo das universidades, os militares e o sistema prisional, a etnometodologia ou a teoria social. Essa herança traduz-se no cosmopolitismo, na ampla perspectiva teórica e sólida base empírica, na inteligência, sagacidade e na objetividade de suas análises.

Notas

1. *A Oficina do Diabo: Crises e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*, 1987; *A Sincera Acadêmica: A Ética Universitária em Questão*, Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj, 1988; *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

Bibliografia de Edmundo Campos Coelho sobre Violência e Criminalidade

Coelho, Edmundo Campos

- 1978 “A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, 12 (2): 139-161, abr./jun.
- 1978 *A Ecologia do Crime na Guanabara*. Rio de Janeiro, Comissão de Justiça e Paz/Educam.

- 1980 "Sobre Sociólogos, Pobreza e Crime". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 23 (3).
- 1986 "A Administração da Justiça Criminal no Rio de Janeiro: 1942-1967". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro.
- 1987 *A Oficina do Diabo: Crises e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo/Iuperj.
- 1988a "A Criminalidade Urbana Violenta". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 31 (2): 145-183.
- 1988 "Da Falange Vermelha a Escadinha: O Poder nas Prisões". *Presença*, Rio de Janeiro, 11.
- 1989 "Constituição e Segurança Pública". *Indicador*, 28: 1003-1006.
- 1993 "Estudo Descritivo do Censo Penitenciário do Rio de Janeiro, 1988". *Textos e Pesquisas*, Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisa do Iser.
- Coelho, Edmundo C.; Magalhães, Geraldo E. & Ferreira, Lílian M.
 1978 *A Ecologia do Crime; a Fusão; Política de Dispendio*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Justiça e Paz/Educaor.
- Coelho, Edmundo C. & Paixão, Antonio Luiz
 1984 *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.